



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Administrativa

Especialidade Contabilidade

Caderno de Prova, Cargo E05, Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Ensino que ensine

Jogar com as ambigüidades, cultivar o improviso, juntar o que se pretende irreconciliável e dividir o que se supõe unitário, usar falta de método como método, tratar enigmas como soluções e o inesperado como caminho – são traços da cultura do povo brasileiro. Estratégias de sobrevivência? Por que não também manancial de grandes feitos, tanto na prática como no pensamento? A orientação de nosso ensino costuma ser o oposto dessa fecundidade indisciplinada: dogmas confundidos com idéias, informações sobrepostas a capacitações, insistência em métodos “corretos” e em respostas “certas”, ditadura da falta de imaginação. Nega-se voz aos talentos, difusos e frustrados, da nação. Essa contradição nunca foi tema do nosso debate nacional.

Entre nós, educação é assunto para economistas e engenheiros, não para educadores, como se o alvo fosse construir escolas, não construir pessoas. Preconizo revolução na orientação do ensino brasileiro. Nada tem a ver com falta de rigor ou com modismo pedagógico. E exige professorado formado, equipado e remunerado para cumprir essa tarefa libertadora.

Em matemática, por exemplo, em vez de enfoque nas soluções únicas, atenção para as formulações alternativas, as soluções múltiplas ou inexistentes e a descoberta de problemas, tão importante quanto o encontro de soluções. Em leitura e escrita, análise de textos com a preocupação de aprofundar, não de suprimir possibilidades de interpretação; defesa, crítica e revisão de idéias; obrigação de escrever todos os dias, formulando e reformulando sem fim. Em ciência, o despertar para a dialética entre explicações e experimentos e para os mistérios da relação entre os nexos de causa e efeito e sua representação matemática. Em história, e em todas as disciplinas, as transformações analisadas de pontos de vista contrastantes.

Isso é educação. O resto é perda de tempo. (...) Quem lutará para que a educação no Brasil se eduque?

(Roberto Mangabeira Unger, **Folha de S. Paulo**, 09/01/2007)

1. Segundo se depreende do texto, os traços da cultura do povo brasileiro, enumerados no primeiro parágrafo,
- (A) são simples estratégias de sobrevivência, que não podem constituir uma inspiração para o nosso projeto educacional.
 - (B) poderiam ser estratégias de sobrevivência, se inspiradas nos valores que regem, ainda que precariamente, a nossa educação.
 - (C) constituem uma fecundidade indisciplinada, que seria necessário corrigir para inspirar e aprimorar nosso sistema de ensino.
 - (D) opõem-se, em sua positiva fecundidade indisciplinada, às falhas e aos equívocos estruturais do nosso ensino.
 - (E) constituem um manancial de grandes feitos, equiparáveis aos dogmas e às idéias que balizam nosso ensino formal.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. A revolução na orientação do ensino brasileiro, preconizada pelo autor do texto, é de fato radical porque vai de encontro aos valores culturais que se atribuem ao povo brasileiro.
 - II. O autor lamenta que a ditadura da falta de imaginação, numa cultura tão criativa como a nossa, jamais tenha sido objeto de um debate nacional.
 - III. Com a expressão assunto para economistas e engenheiros, o autor deixa ver que, em sua opinião, a educação brasileira se restringiu aos limites de uma concepção técnica, material e pragmática de ensino.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3. No terceiro parágrafo, ao sugerir novos encaminhamentos para o ensino da matemática, da leitura e da escrita, da ciência e da história, o autor mostra que está valorizando
- (A) um maior rigor no desenvolvimento metodológico das disciplinas.
 - (B) o aprofundamento dos valores de que nossa pedagogia já está imbuída.
 - (C) uma revolução metodológica que incremente a carga de informações.
 - (D) a harmonização entre caminhos alternativos e os das práticas atuais.
 - (E) a sobreposição do plano dinâmico dos contrastes ao das verdades estáticas.

4. No segundo parágrafo, está implícita a idéia de que
- (A) há quem associe revolução educacional a afrouxamento da avaliação ou a apego a novidades passageiras.
 - (B) existe um vínculo suficiente e necessário entre a expansão física da rede escolar e a qualidade de ensino.
 - (C) o modismo pedagógico em curso implica um rigor metodológico descabido.
 - (D) a expansão da rede física escolar provoca a necessidade de um professorado mais competente.
 - (E) há quem julgue que a tarefa libertadora da educação é assunto para pedagogos atualizados e pragmáticos.

5. Na construção do texto, o autor valeu-se de
- (A) relações de oposição, como a que ocorre entre soluções únicas e suprimir possibilidades.
 - (B) relações de causa e efeito, como a que ocorre entre assunto para economistas e engenheiros e construir pessoas.
 - (C) relações de equivalência de sentido, como a que ocorre entre descoberta de problemas e enfoque nas soluções únicas.
 - (D) relações de oposição, como a que ocorre entre tratar enigmas como soluções e métodos “corretos”.
 - (E) relações de causa e efeito, como a que ocorre entre dogmas confundidos com idéias e formulações alternativas.

<p>6. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:</p> <p>(A) A orientação do nosso ensino deveria contemplar nossa fecundidade indisciplinada.</p> <p>(B) Uma revolução na orientação do ensino brasileiro depende de uma combinação de múltiplas iniciativas.</p> <p>(C) A leitura responsável de um texto sempre considerará a possibilidade de seus múltiplos sentidos.</p> <p>(D) A maioria dos professores considera tão somente uma solução única para cada problema.</p> <p>(E) O método dialético estimula, acima de qualquer certeza dogmática, a valorização das contradições.</p>	<p>10. Quanto à acentuação, grafia das palavras e ocorrência do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Uma revolução no ensino não se faz de modo fortuito, mas voltada à uma transformação real e motivada das formas de pensamento.</p> <p>(B) Educação não é simples tarefa para filântropos, mas um empreendimento cultural que cabe à sociedade elevar à níveis de excelência.</p> <p>(C) Uma reforma não é o mesmo que uma revolução do ensino: falta àquela o teor de radicalismo necessário e conseqüente que é inerente a esta.</p> <p>(D) O autor recorreu a varias formas verbais no infinitivo para enfatizar o valor de cada ação que julga imprecindível à uma revolução no ensino.</p> <p>(E) Não será à partir de tímidas reformas que se provirá a educação dos meios para, de fato, construir pessoas e desenvolver idéias.</p>
<p>7. Nosso sistema de ensino tem falhas estruturais; para <u>revolucionar nosso sistema de ensino</u>, seria preciso <u>despir nosso sistema de ensino dos dogmas que norteiam nosso sistema de ensino</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) revolucioná-lo – despi-lo – o norteiam</p> <p>(B) o revolucionar – despi-lo – lhe norteiam</p> <p>(C) revolucionar-lhe – despir-lhe – o norteiam</p> <p>(D) revolucioná-lo – despir-lhe – norteiam-no</p> <p>(E) o revolucionar – despir-lhe – o norteiam</p>	<p>11. Os dispositivos de armazenamento considerados não-voláteis são apenas</p> <p>(A) RAM e ROM.</p> <p>(B) RAM e Cache.</p> <p>(C) RAM e HD.</p> <p>(D) ROM e HD.</p> <p>(E) ROM e Cache.</p>
<p>8. Está inteiramente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Nossa educação teria muito a ganhar caso sejam levados em conta os fundamentos que o autor preconizara em seu texto.</p> <p>(B) Nossa educação terá muito a ganhar caso fossem levados em conta os fundamentos que o autor preconiza em seu texto.</p> <p>(C) Fosse levados em conta os fundamentos que o autor preconiza em seu texto, nossa educação teria muito a ganhar.</p> <p>(D) Se forem levados em conta os fundamentos que o autor preconizou em seu texto, nossa educação teria tido muito a ganhar.</p> <p>(E) Quando forem levados em contas os fundamentos que o autor preconizara em seu texto, nossa educação tinha muito a ganhar.</p>	<p>12. O Gerenciador de dispositivos do Windows tem, dentre as suas funções, a atribuição de</p> <p>(A) remover programas aplicativos do computador.</p> <p>(B) atualizar o software de dispositivos de hardware.</p> <p>(C) alterar a BIOS do computador.</p> <p>(D) carregar o sistema operacional no dispositivo de memória.</p> <p>(E) configurar o dispositivo de hardware para carregar o sistema operacional.</p>
<p>9. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Haverá ainda, quem julgue satisfatório o nível do ensino na maioria de nossas escolas?</p> <p>II. Por mais que se esforcem, muitos de nossos alunos, não conseguem motivar-se diante de soluções previsíveis.</p> <p>III. Não cabe apenas aos supostos especialistas, mas a todos nós, a tarefa de imaginar um ensino muito mais consistente.</p> <p>A pontuação está plenamente adequada em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) III, apenas.</p>	<p>13. Cabeçalho e rodapé, que aparecem respectivamente na parte superior e inferior de cada página de um documento Word, podem ser adicionados selecionando-se a opção correspondente no menu</p> <p>(A) Formatar.</p> <p>(B) Inserir.</p> <p>(C) Exibir.</p> <p>(D) Arquivo.</p> <p>(E) Editar.</p> <p>14. No Excel, se o conteúdo =B1+C1 da célula A1 for recortado e colado na célula A5, esta última normalmente deverá ficar com o conteúdo</p> <p>(A) =B5+C5</p> <p>(B) =B1+B5</p> <p>(C) =C1+C5</p> <p>(D) =B1+C5</p> <p>(E) =B1+C1</p> <p>15. Uma DMZ – Zona Desmilitarizada – é um segmento de rede parcialmente protegido que para possibilitar maior segurança na Internet deve estar associada ao mecanismo de proteção</p> <p>(A) Plano de contingência.</p> <p>(B) Proxy.</p> <p>(C) Criptografia.</p> <p>(D) Firewall.</p> <p>(E) Sistema de detecção de intrusão.</p>

<p>16. O Corregedor Eleitoral, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, será eleito dentre os Ministros do</p> <p>(A) Superior Tribunal de Justiça. (B) Tribunal Regional Federal. (C) Tribunal Federal Eleitoral. (D) Tribunal Regional Eleitoral. (E) Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>20. Dentre outras atribuições, compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) os crimes eleitorais cometidos pelos seus próprios juizes. (B) o cancelamento de registro de candidatos a Membros do Congresso Nacional. (C) o registro e o cancelamento de registro dos diretórios estaduais e municipais. (D) o registro e o cancelamento de registro de candidatos a Governador e Vice-Governador. (E) o registro de candidatos a Membros do Congresso Nacional.</p>
<p>17. Z, Governador do Estado Y, desejando concorrer a outro cargo eletivo, deve</p> <p>(A) se afastar do cargo, trinta dias antes do pleito, podendo retornar caso não seja eleito. (B) permanecer no cargo, caso cumprido um terço do seu mandato. (C) renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito. (D) pedir licença à Assembléia Legislativa do respectivo Estado, até dois meses antes do pleito. (E) solicitar ao Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado, até três meses antes do pleito, autorização para concorrer à eleição, facultada a sua permanência no cargo.</p>	<p>21. Por ocasião do registro de candidaturas a cargos eletivos, a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data</p> <p>(A) marcada para as eleições. (B) do pedido de registro da candidatura. (C) da posse. (D) da convenção partidária. (E) do deferimento do pedido de registro da candidatura.</p>
<p>18. A coligação</p> <p>(A) pode formar várias chapas, tantas quantos forem os partidos que a integram. (B) terá denominação própria, que não poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram. (C) não poderá ser representada perante a Justiça Eleitoral por delegados indicados pelos partidos que a compõem. (D) usará, na propaganda para a eleição majoritária, apenas a sua denominação, sem as legendas dos partidos que a integram. (E) terá prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral.</p>	<p>22. Os comitês financeiros têm a finalidade de arrecadar recursos e aplicá-los nas campanhas eleitorais. Para tanto,</p> <p>(A) os comitês financeiros tem caráter permanente e não são constituídos especificamente para cada uma das eleições para as quais o partido apresentar candidato próprio. (B) as atribuições relativas às eleições de uma dada circunscrição podem ser reunidas em um único comitê financeiro. (C) na eleição presidencial, podem ser criados comitês nos Estados e no Distrito Federal, sendo desnecessária a criação de comitê nacional. (D) os comitês financeiros serão registrados, até trinta dias após a sua constituição, nos órgãos da Justiça Eleitoral competentes. (E) os comitês financeiros regularmente constituídos e registrados nos órgãos da Justiça Eleitoral podem arrecadar recursos oriundos de entidade ou governo estrangeiro.</p>
<p>19. A respeito dos Tribunais Regionais Eleitorais, é certo que</p> <p>(A) os advogados e Membros do Ministério Público nomeados para integrá-los não têm direito a voto. (B) não têm caráter permanente; são compostos por ocasião das eleições e dissolvidos após o julgamento de todos os recursos. (C) são compostos por Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, juizes federais e advogados, escolhidos e nomeados pelo Presidente da República. (D) os juizes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos. (E) o Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos dentre quaisquer dos seus integrantes, independentemente da respectiva origem.</p>	<p>23. Considere:</p> <p>I. O partido político adquire personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral. II. Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional. III. Somente o registro do estatuto do partido no Tribunal Superior Eleitoral assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) III. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.</p>

<p>24. Os atos administrativos são editados com observância da lei e permanecem em vigor até prova em contrário. Esse enunciado refere-se ao atributo da</p> <p>(A) presunção de veracidade. (B) auto-executoriedade. (C) imperatividade. (D) presunção de legitimidade. (E) forma.</p>	<p>28. Paulo, Prefeito Municipal da Cidade dos Amores, termina seu mandato no final deste ano. As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei nº 8.429/92, relacionadas à Improbidade Administrativa, podem ser propostas em face de Paulo até</p> <p>(A) 3 meses antes do término do exercício de seu mandato. (B) o término do exercício de seu mandato. (C) 5 anos após o término do exercício de seu mandato. (D) 6 anos após o término do exercício de seu mandato. (E) 6 meses antes do término do exercício de seu mandato.</p>
<p>25. Sobre os princípios que norteiam a licitação é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) As regras de julgamento, que devem ser claras e objetivas, constarão obrigatoriamente do edital e não poderão ser alteradas pela Administração Pública. (B) Todos os atos do procedimento deverão ser levados ao conhecimento público, inclusive as propostas de todos os participantes logo que apresentadas, com o fim de garantir a competitividade e a igualdade. (C) O edital é a lei interna da licitação eis que contempla todas as regras que deverão ser observadas tanto pela Administração como os participantes. (D) Em igualdade de condições, como critério de desempate, numa primeira etapa, dar-se-á preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional. (E) Em regra, todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional.</p>	<p>29. Considere os seguintes feitos:</p> <p>I. Recurso contra expedição de diploma. II. Ação de impugnação de mandato eletivo. III. Ação penal originária. IV. Ação de investigação judicial eleitoral. V. Pedido de desaforamento.</p> <p>De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sujeitam-se à revisão, dentre outros, os feitos indicados, APENAS em</p> <p>(A) I, II e III. (B) I, II e V. (C) II, III e IV. (D) III, IV e V. (E) III e IV.</p>
<p>26. Mário, analista judiciário, no exercício de suas funções praticou ato omissivo culposo que resultou em prejuízo a terceiros. Neste caso,</p> <p>(A) não haverá responsabilidade civil de Mário, uma vez que praticou o ato no exercício de suas atividades funcionais. (B) não haverá responsabilidade civil de Mário, uma vez que Mário praticou um ato omissivo e não comissivo. (C) não haverá responsabilidade civil de Mário, uma vez que Mário praticou um ato culposo e não doloso. (D) não haverá responsabilidade civil de Mário, uma vez que o resultado de seu ato resultou prejuízo a terceiros e não ao erário. (E) haverá responsabilidade civil decorrente do ato omissivo culposo praticado por Mário.</p>	<p>30. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, para a realização de sessões, o Tribunal reunir-se-á, ordinariamente,</p> <p>(A) no mínimo uma e no máximo três vezes por semana, salvo período eleitoral quando não há limite para a realização de sessões. (B) no mínimo duas e no máximo três vezes por semana, salvo período eleitoral quando não há limite para a realização de sessões. (C) no mínimo duas e no máximo quatro vezes por semana, inclusive em período eleitoral. (D) duas vezes por semana, até no máximo de oito por mês, salvo período eleitoral quando o limite passará a ser de quinze sessões. (E) três vezes por semana, até no máximo de doze por mês, salvo período eleitoral quando o limite passará a ser de vinte sessões.</p>
<p>27. Considere as afirmativas abaixo a respeito do provimento de cargo público.</p> <p>I. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício contados da data da posse. II. A posse poderá dar-se mediante procuração com poderes específicos. III. Readaptação é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado por inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo. IV. A reversão e o aproveitamento não são formas de provimento de cargo público.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.112/90 é correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I, II e III. (C) I, III e IV. (D) II e III. (E) III e IV.</p>	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: Para responder às questões de números 31 e 32 considere os dados fornecidos pela Cia. Estrela Azul, referentes ao exercício de 2006.

I. Contas de Resultado do período, em R\$:

	Total
Venda de Mercadorias	3.000.000
Custo das Mercadorias	1.000.000
Despesas Administrativas	600.000
Despesas de Vendas	300.000
Despesas Tributárias	150.000
Despesas Financeiras	30.000
Receitas Financeiras	120.000

II. Informações adicionais referentes aos itens anteriores:

- 28% das receitas totais de vendas serão recebidas nos dois primeiros meses de 2007;
- Os estoques de mercadorias e materiais utilizados no período foram integralmente adquiridos e pagos em 2006;
- As perdas esperadas com clientes correspondem a R\$ 3.000;
- Em 2006 as depreciações foram computadas no montante de R\$ 48.000;
- O passivo da empresa registra o valor de R\$ 7.500 na conta de Impostos a Pagar;
- O Balanço Patrimonial da empresa evidencia uma única Aplicação Financeira pré-fixada, que incorpora principal e juros mensais, que serão resgatados somente no vencimento da operação em 31.01.2007.

31. O resultado de 2006 apurado pelo Regime de Competência de Exercício, em R\$, é

- (A) 1.040.000
- (B) 920.000
- (C) 800.000
- (D) 450.000
- (E) 138.500

32. O resultado de 2006 se considerado a contabilização pelo Regime de Caixa, em R\$, é

- (A) 498.500
- (B) 306.500
- (C) 258.500
- (D) 138.500
- (E) 135.500

33. A Cia. Marambaia aluga, de terceiros, um terreno pelo prazo de 20 anos. Logo após a assinatura do contrato de aluguel constrói no local dois armazéns de grande porte, um pátio de manobra e instalações para estacionamento de caminhões. Em situações como esta, o tratamento determinado de acordo com os princípios contábeis que deverá ser adotado pela empresa com relação aos gastos efetuados na construção destes itens é:

- (A) controlar os gastos efetuados apenas em relatório extra contábil para identificação do total dispendido.
- (B) amortizar todos os gastos efetuados pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.
- (C) distribuir e registrar os gastos efetuados, pelo prazo contratual, como recuperação de despesa de aluguel.
- (D) contabilizar todos os gastos feitos com a construção desses itens como diferido e transferir para o resultado em até 10 anos.
- (E) lançar no resultado como despesas de benfeitorias em propriedade de terceiros a medida em que os gastos ocorrerem.

34. Na existência de diversas possibilidades para registro de um evento contábil, todas em concordância com os princípios, normas e práticas contábeis, a escolha de uma das opções para registro deve ser feita de forma

- (A) imaterial.
- (B) conservadora.
- (C) consistente.
- (D) prudente.
- (E) relevante.

35. A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, DOAR, tem por objetivo demonstrar a variação ocorrida entre o saldo inicial e final do exercício do

- (A) Ativo não Circulante e do Patrimônio Líquido.
- (B) Fluxo de Caixa e do Resultado de Exercício.
- (C) Patrimônio Líquido e do Passivo Total.
- (D) Resultado de Exercício e da sua respectiva distribuição.
- (E) Ativo Circulante e Passivo Circulante.

36. A Resolução CFC Nº 563/83 estabelece como livros contábeis obrigatórios os livros

- (A) auxiliares do razão e caixa.
- (B) de apuração fiscal e diário.
- (C) caixa e razão.
- (D) diário e razão.
- (E) de entradas de mercadorias e caixa.

37. A empresa Alfa manufatura calçados, sendo que o processo produtivo se inicia com a compra do couro em peles e termina com a confecção final dos calçados. A empresa iniciou suas atividades em 01.01.2006. Em 31.12.2006 todos os custos de mão de obra direta e custos indiretos de fabricação referentes ao exercício de 2006 haviam sido apropriados ao resultado do exercício. Na contagem física dos inventários constatou-se que um quinto de toda a produção de calçados do exercício não havia sido vendida. De acordo com estas informações podemos afirmar que a empresa Alfa nas suas demonstrações contábeis NÃO observou o Princípio Fundamental de Contabilidade – Resolução CFC nº 750;

- (A) Entidade.
- (B) Oportunidade.
- (C) Competência.
- (D) Atualização Monetária.
- (E) Prudência.

38. Considere as afirmativas abaixo.

- I. A elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é obrigatória para todos os tipos de sociedades por ações.
- II. A incorporação de imobilizados 100% financiados por terceiros até 360 dias provoca alteração na variação do Capital Circulante Líquido.
- III. Os resultado obtidos com alienação de imobilizados não afetam o Capital Circulante Líquido.
- IV. O dividendo distribuído por empresas controladas não alteram o valor dos itens circulantes.
- V. A correção cambial incidente sobre saldos devedores de operações de longo prazo representa uma origem de recursos.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

39. Considere as informações da Prefeitura do Município de Mata Azul abaixo.

Em R\$			
Receita prevista	100.000	Despesa fixada	100.000
Receita arrecadada	150.000	Despesa empenhada	80.000
Despesa paga	50.000	Saldo patrimonial	30.000
Passivo Financeiro	80.000	Ativo Permanente	50.000
Receita Extra-Orçamentária	40.000	Ativo Compensado	35.000

O resultado da execução orçamentária, em R\$, é

- (A) 5.000
- (B) 20.000
- (C) 50.000
- (D) 70.000
- (E) 100.000

40. NÃO são procedimentos de Prestação e Tomada de Contas exigidos pelo Decreto nº 93.872/86:

- (A) o julgamento pelo Tribunal de Contas da União da prestação de contas da gestão de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações criadas pela União ou mantidas com recursos federais, sob supervisão ministerial.
- (B) fazer a tomada de contas anual de forma a evidenciar os resultados da gestão, mediante confronto do programa de trabalho com os recursos financeiros programados e utilizados e também com dados ou informações sobre a execução física.
- (C) sujeitar à tomada de contas especial todo aquele que deixar de prestar contas da utilização de recursos públicos, no prazo e forma estabelecidos, ou que cometer ou der causa a desfalque, desvio de bens ou praticar qualquer irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Nacional.
- (D) a inscrição, pelos órgãos de Contabilidade, como responsáveis de todos quantos estejam sujeitos a tomada de contas ou que devam prestar contas para julgamento pelo Tribunal de Contas.
- (E) evidenciar, na tomada de contas semestral, a situação perante a Fazenda Nacional, do ordenador de despesas, do agente recebedor/pagador e do responsável pela guarda ou administração de valores e outros bens da União.

41. Considere os dados da Prefeitura Crisântemo abaixo.

I. Balanço Financeiro em 30.11.06 (Em R\$)

Receita Orçamentária	123.197	Despesa Orçamentária	121.613
Receitas Tributárias	74.698	Saúde	120.810
Receitas Patrimoniais	519	Previdência Social	803
Receitas de Serviços	2.029		
Transferências Correntes	45.500		
Outras Receitas Correntes	451		
Receita Extra-Orçamentária.	16.421	Despesa Extra-Orçamentária.	17.031
Consignações	14.155	Consignações	14.670
Credores Diversos	2.263	Credores Diversos	2.361
Cauções	3	Cauções	0,00
Saldo Exercício Anterior	2.962	Saldo Exercício Seguinte	3.936
Banco Conta Movimento	281	Banco Conta Movimento	4
Banco Conta Aplicação	2.681	Banco Conta Aplicação	3.932
Total	142.580	Total	142.580

II. Informações Adicionais:

Operações realizadas em dezembro de 2006 (em R\$)

- recebimento de taxa de 5.000
- despesa empenhada e não paga 20.000
- recebimento de cauções em dinheiro 5.000

O total da receita extra-orçamentária em 31.12.06, em R\$, é

- (A) 46.421
- (B) 41.421
- (C) 40.000
- (D) 36.421
- (E) 21.421

42. Determine o montante total da economia orçamentária da autarquia Itupeva, levando em conta os dados a seguir (Em R\$):

	Previsão	Execução	Diferença		Fixação	Execução	Diferença
Receita tributária	40.000	47.000	7.000	Crédito. Orçamentário	82.000	77.000	(5.000)
Transferência Correntes	12.000	7.500	(4.500)	Crédito. Especial	3.000	2.200	(800)
Outras correntes	800	400	(400)				
Operação crédito	25.500	7.000	(18.500)				
Alienação de bens	200	0	(200)				
Soma	78.500	61.900	(16.600)	Soma	85.000	79.200	(5.800)
Déficit	6.500	17.300	10.800				
Total	85.000	79.200	(5.800)	Total	85.000	79.200	(5.800)

- (A) 79.200
- (B) 61.900
- (C) 17.300
- (D) 6.500
- (E) 5.800

Atenção: Para responder às questões de números 43 a 46 considere o Balanço Patrimonial abaixo, de uma Autarquia, em 31.12.2004. (Em R\$)

Balanço Patrimonial			
Ativo Financeiro	1.000	Passivo financeiro	550
Caixa	1.000	Depósito	50
		Restos a pagar	500
Ativo Permanente	1.080		
Almoxarifado	5	Passivo Permanente	30
Imóveis	515	Dívida Fundada	30
Dívida Ativa	560		
		Saldo Patrimonial	1.500
		Ativo Real Líquido	1.500
Total	2.080	Total	2.080

Em relação ao exercício de 2005 foram levantadas as informações a seguir (Em R\$):

- Receita orçamentária total arrecadada 4.000
- Despesa orçamentária total empenhada foi de 5.000 e 20% desse valor correspondeu a despesa total paga
- A Autarquia recebeu diversas mesas e cadeiras da Empresa Bom Coração a título de doação, no valor total de 1.000
- Dívida ativa cancelada no montante de 500
- Pagamento integral de Restos a Pagar de 31.12.04

43. O saldo final do caixa em 2005 foi, em R\$, de

- (A) 5.000
- (B) 4.500
- (C) 4.000
- (D) 3.500
- (E) 3.000

44. Ao final de 2005 o valor de Restos a Pagar, em R\$, é

- (A) 5.000
- (B) 4.500
- (C) 4.000
- (D) 3.500
- (E) 3.000

45. No Balanço Patrimonial de 31.12.05 o saldo patrimonial foi, em R\$ de,
- (A) 500
 (B) 1.000
 (C) 1.500
 (D) 2.000
 (E) 2.500
-
46. Na Demonstração das Variações Patrimoniais de 2005, a soma das Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária com as Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária resultou no montante, em R\$, de
- (A) 5.000
 (B) 4.500
 (C) 4.000
 (D) 1.000
 (E) 500
-
47. O Princípio orçamentário que está relacionado com a afirmação: *É vedada a vinculação de impostos a órgãos e despesas*, é o da
- (A) Universalidade.
 (B) Unidade.
 (C) Singularidade.
 (D) Exclusividade.
 (E) Não afetação da receita.
-
48. Considere o estabelecido pela Lei nº 4.320/64 e os dados da Prefeitura do Município de Beija Flor Dourado fornecidos abaixo.

I. Balanço Financeiro (Em R\$)

	31.12.X1	30.10.X2		31.12.X1	30.10.X2
Receita Orçamentária	100.000	130.000	Despesa Orçamentária	80.000	100.000
Receita Extra-Orçamentária	20.000	20.000	Despesa Extra-Orçamentária	30.000	60.000
Saldo Exercício Anterior	20.000	30.000	Saldo Exercício Seguinte	30.000	20.000
TOTAL	140.000	180.000	TOTAL	140.000	180.000

II. Balanço Patrimonial (Em R\$)

	31.12.X1	30.10.X2		31.12.X1	30.10.X2
Ativo Financeiro	30.000	20.000	Passivo Financeiro	5.000	7.000
Caixa	30.000	20.000	Depósito	2.000	3.000
			Restos a Pagar	3.000	4.000
Ativo Permanente	65.000	50.000	Passivo Permanente	20.000	20.000
Almoxarifado	55.000	40.000	Empréstimos	20.000	20.000
Imóveis	10.000	10.000	Saldo Patrimonial	70.000	43.000
			Ativo Real Líquido	70.000	43.000
Total	95.000	70.000	Total	95.000	70.000

O valor máximo, em termos de recursos para abertura do crédito adicional suplementar, que essa Prefeitura poderá utilizar no exercício de X2 é, em R\$, de

- (A) 13.000
 (B) 20.000
 (C) 25.000
 (D) 43.000
 (E) 70.000

49. É característica dos créditos adicionais Especiais:
- (A) ter como finalidade atender despesas as quais não haja categoria de programação orçamentária específica e objetivo não previsto no orçamento.
 - (B) possuírem a possibilidade de prorrogação para o exercício seguinte desde que sua autorização ocorra seis meses antes do exercício seguinte.
 - (C) serem autorizados exclusivamente pelo poder legislativo para o atendimento imediato de casos graves e urgentes que envolvem comoção interna no país.
 - (D) o atendimento de gastos urgentes e imprevisíveis, como nos casos de calamidade pública que requer uma ação urgente e impreterível.
 - (E) o reforço de uma categoria de programação orçamentária já existente quando os recursos orçamentários para as despesas se tornam insuficientes.

50. NÃO corresponde a procedimentos de transparência e/ou de controle exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:
- (A) assegurar a transparência da gestão fiscal mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
 - (B) a prestação de contas evidenciar o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e do combate à sonegação.
 - (C) o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizar o cumprimento das normas da Lei Complementar 101/00.
 - (D) o Ministério Público emitir parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de trinta dias do recebimento.
 - (E) a apresentação de instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio.

51. A entidade Iporanga apura seu resultado pelo regime contábil de caixa. Considerando as receitas e despesas abaixo, o resultado em 20X5 é

	Em R\$
Receita de 20X4 recebida em 20X5	25.000
Receita de 20X5 recebida em 20X5	20.000
Despesa de 20X5 paga em 20X5	15.000
Despesa de 20X4 paga em 20X5	5.000

- (A) R\$ 40.000
- (B) R\$ 30.000
- (C) R\$ 25.000
- (D) R\$ 15.000
- (E) R\$ 5.000

52. NÃO corresponde ao planejamento orçamentário:
- (A) a Lei Orçamentária Anual não consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual.
 - (B) a Lei das Diretrizes Orçamentárias direcionar a elaboração dos orçamentos anuais, de acordo com as metas, objetivos da Administração Pública estabelecidos no Plano Plurianual.
 - (C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias conter o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
 - (D) o Plano Plurianual estabelecer ações do Governo para atingir objetivos e metas da Administração Pública no período de 5 anos.
 - (E) no Anexo de Metas Fiscais do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecer metas anuais, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.

53. A observância da Lei Complementar 101/2000 é obrigatória para a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. Esta Lei conceitua como empresa estatal dependente a entidade
- (A) controlada, que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
 - (B) coligada, que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
 - (C) controlada, que recebe do ente controlador recursos financeiros somente para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral.
 - (D) coligada, que recebe do ente controlador recursos financeiros apenas para o pagamento de despesas de capital.
 - (E) controlada, que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de quaisquer despesas.

54. A empresa Confiança S.A. com uma inadimplência de 2,5% por mês suspendeu as vendas com pagamentos em cheques. No entanto, referida atitude afetou o faturamento em menos 10% no mês. Considerando que sua margem de lucro é de 30% sobre o faturamento total, o auditor, com base nestes dados, pode afirmar que este procedimento é
- (A) adequado, pois atende a análise de custo versus benefício.
 - (B) o custo versus benefício não deve ser considerado, por tratar-se de decisão financeira.
 - (C) inadequado, porque qualquer faturamento justifica a inadimplência.
 - (D) devido, por estabelecer uma relação de custo benefício equilibrada.
 - (E) inadequado, visto seu custo ser menor do que o ganho gerado.

<p>55. Fundamentado no conceito de fraude e de erro estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade:</p> <p>I. O setor financeiro da empresa contratou empréstimo com carência de um ano, com juros de 4% a.a. e a analista do setor, cadastrou no sistema de reconhecimento dos encargos financeiros 4% ao mês, fazendo com que o sistema reconhece-se contabilmente, juros durante os doze meses na contabilidade da empresa, reduzindo o seu resultado.</p> <p>II. O Diretor de Recursos Humanos da Empresa, tendo que contabilizar a saída de valores para o pagamento de funcionário, não registrado na empresa, efetuou um adiantamento de viagem em seu nome para obter os recursos do pagamento. Posteriormente baixou o adiantamento com notas de combustível e de táxi, visto que o seu cargo tem o benefício de reembolso destas despesas.</p> <p>III. O almoxarifado recebeu ordens do departamento de faturamento/vendas, para agilizar a entrega de mercadorias ao consumidor em situações que o cliente não deseje levar a nota fiscal, recomendando que aquela unidade administrativa, guarde o documento e utilize-o para outra venda posterior, economizando assim tempo e gastos com impressos.</p> <p>Estas afirmações referem-se, respectivamente, a</p> <p>(A) fraude, erro, fraude. (B) erro, fraude, fraude. (C) erro, erro, erro. (D) erro.erro, fraude. (E) fraude, fraude, erro.</p>	<p>58. Com relação à utilização de técnicas de amostragem pelo auditor, pode-se afirmar que:</p> <p>(A) somente são considerados como métodos de seleção de amostra válidos, os estatísticos.</p> <p>(B) não é permitida a estratificação da amostra para determiná-la.</p> <p>(C) a seleção da amostra deve ser feita sempre de forma sistemática e não permitindo intervalos constantes entre as transações.</p> <p>(D) são fatores a serem considerados: o erro tolerável e o erro esperado.</p> <p>(E) sendo aplicadas técnicas de amostragem, não há necessidade de proporcionar evidência.</p>
<p>56. Ao analisar a continuidade da empresa, o auditor se deparou com três eventos:</p> <p>I. A empresa não está conseguindo renegociar e alongar o perfil de suas dívidas, estando com os empréstimos de curto prazo vencidos.</p> <p>II. A empresa é de capital aberto, mas não tem apresentado à CVM suas demonstrações contábeis e os relatórios obrigatórios.</p> <p>III. O engenheiro responsável pelas fórmulas dos produtos pediu demissão, tendo a empresa procurado por substituto a mais de oito meses.</p> <p>Pode-se afirmar que respectivamente as situações acima representam, segundo as normas do CFC, indicadores:</p> <p>(A) financeiros, outras indicações e de operação. (B) de operação, solvência e financeiros. (C) econômicos, outras indicações de operação. (D) outras indicações, financeiros, contábeis. (E) contábeis, diversos e financeiros.</p>	<p>59. A empresa Previdência S.A. contratou atuário autônomo para refazer os cálculos de seus planos de aposentadoria, utilizando uma nova tábua de mortalidade. O auditor ao concluir seus trabalhos ressalva o parecer, em decorrência de divergências relativas aos critérios adotados pelo atuário. Assim o auditor poderá:</p> <p>(A) manter sigilo com relação ao especialista, contratado pela empresa, não podendo mencionar no parecer.</p> <p>(B) fazer menção ao trabalho do especialista em seu parecer.</p> <p>(C) ser obrigado a refazer o trabalho do especialista registrando no balanço os valores corretos.</p> <p>(D) emitir parecer conjunto com o especialista, conciliando as duas posições.</p> <p>(E) exigir que a empresa faça a evidenciação em nota explicativa, sem menção no parecer.</p>
<p>57. A relevância no processo de auditoria deve ser considerada pelo auditor EXCETO quando da</p> <p>(A) determinação da natureza e da extensão dos procedimentos de auditoria.</p> <p>(B) avaliação e do efeito das distorções encontradas em relação aos saldos das contas.</p> <p>(C) determinação e da adequação da apresentação.</p> <p>(D) adequação da divulgação da informação contábil e do estabelecimento.</p> <p>(E) realização do processo de auditoria em áreas específicas do balanço.</p>	<p>60. O auditor independente João foi contratado pela corretora de valores do Banco Crescimento S.A. para analisar demonstrações contábeis de empresas, fornecendo aos clientes do banco relatórios econômicos e financeiros com indicativos para compra e venda de ações. Considerando que na firma de auditoria na qual trabalhava anteriormente, o mesmo era o responsável pela auditoria de 30% das empresas do mercado financeiro, pode-se afirmar que João:</p> <p>(A) não poderá emitir relatórios em relação às empresas que a firma audita.</p> <p>(B) somente poderá analisar empresas as quais tenha participado do processo de auditoria, evidenciando as informações para os clientes.</p> <p>(C) poderá analisar empresas das quais não tenha participado do processo de auditoria e as demais do mercado, as quais a firma não tenha prestado serviços.</p> <p>(D) estará executando um trabalho de forma irregular, visto ser proibido a auditor externo realizar trabalhos desta natureza, sem ter ficado 12 meses sem trabalhar em auditoria.</p> <p>(E) poderá analisar todas as empresas do mercado, visto não ter mais vínculo com a firma de auditoria.</p>